

EDITORIAL

<http://dx.doi.org/10.18222/ee.v28i68.4930>

A educação comparada é um campo de estudos internacionalmente consolidado, no qual se tem buscado analisar sistemas, processos e resultados educacionais, compreender suas relações com a sociedade em que se inserem e extrair aprendizados que sejam relevantes para além daquele contexto específico. Longe de ser estritamente acadêmica, na educação comparada busca-se constantemente aplicar esses aprendizados para a promoção da melhoria de instituições, políticas e práticas em outros contextos.

Campo de considerável longevidade, tendo a sua associação internacional, a *Comparative and International Education Society* (CIES), sido criada no ano de 1956, a educação comparada ganhou nova e mais ampla visibilidade a partir de iniciativas empreendidas por organismos internacionais a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) passaram a investir na coleta e divulgação de estatísticas e indicadores educacionais em âmbito internacional, em programas como o *World Education Indicators* (WEI) e o *Indicators of National Education Systems* (INES), produzindo relatórios que se tornariam amplamente divulgados, como o *Education at a Glance*, da OCDE. Essas organizações também passaram a promover avaliações em larga escala com participação de diversos sistemas educacionais, como, por exemplo, o *Programme for International Student Assessment* (PISA) da OCDE e a série de Estudos Regionais Comparativos desenvolvidos pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE), ligado à Oficina Regional para América Latina e Caribe (OREALC) da Unesco.

Essas e outras iniciativas têm sido aprimoradas em termos da qualidade de seus instrumentos e vêm envolvendo

um número cada vez maior de países com variados contextos socioeconômicos e institucionais. A produção e disseminação de informações acerca de sistemas, processos e resultados educacionais de outros países permitem que se amplie a visão das alternativas possíveis aos desafios enfrentados no contexto nacional. Tem-se a oportunidade de aprender não somente a respeito do desenho como da implementação da política, o que inclui as lições extraídas do processo pelo qual passou o outro país.

Em se tratando de uma fonte tão rica de dados, não é de se estranhar que seja encontrada uma grande diversidade de usos e apropriações das informações produzidas a partir de avaliações e pesquisas educacionais internacionais, seja por pesquisadores, por gestores educacionais, por políticos, pela mídia ou pelos próprios órgãos que produzem esses dados. Assim como em diversas áreas, como a das avaliações em larga escala em âmbito nacional, há um importante debate acerca da adequação desses usos e apropriações, bem como de seu impacto para as políticas educacionais implementadas pelos governos locais.

A revista *Estudos em Avaliação Educacional*, neste número 68, pretende contribuir para esse debate ao oferecer um conjunto de textos que, além de apresentar posições distintas acerca dos usos de avaliações e pesquisas educacionais, traz uma série de artigos que ora realizam análises baseadas nos dados produzidos por essas avaliações, ora analisam aspectos relativos à própria avaliação.

Procurou-se contemplar essas posições distintas de várias formas, em especial, na escolha do artigo do professor da *University College London*, Paul Morris, “Política educacional, exames internacionais de desempenho e a busca da escolarização de classe mundial: uma análise crítica” para abrir este número, assim como a opção por encerrá-lo com uma entrevista com Andreas Schleicher, diretor de Educação da OCDE.

Em seu artigo, Paul Morris faz uma análise crítica do uso das avaliações internacionais para o aconselhamento ou recomendação da adoção de políticas educacionais específicas. Em sua análise, o autor discute como essa forma aplicada de

educação comparada opera, sua racionalidade e os papéis de atores políticos e dos próprios responsáveis por essas avaliações nesse contexto.

Na sequência, Maria de Lourdes Haywanon Santos Araújo e Robinson Moreira Tenório seguem na análise dos usos de avaliações internacionais, trazendo uma discussão acerca da utilização dos resultados do PISA no contexto educacional brasileiro. Além de elaborar um panorama das pesquisas sobre o PISA no Brasil, os autores propõem uma análise baseada em categorias de uso dos resultados da avaliação no país, com suas possibilidades e dificuldades.

A partir desse ponto, é apresentado um conjunto de três estudos que fazem uso dos dados que compõem as bases do PISA para analisar questões relativas à indisciplina escolar e às oportunidades de aprender matemática – assuntos de extrema relevância para a realidade educacional brasileira.

Luciano Campos da Silva e Daniel Abud Seabra Matos analisam os fatores intra e extraescolares associados à indisciplina escolar por meio dos dados do PISA 2012. Eles questionam a tese de que a indisciplina estaria relacionada à origem social dos estudantes a partir de seus resultados, pois variáveis relativas ao nível socioeconômico, por exemplo, não se mostraram associadas à indisciplina, enquanto que a proporção de repetentes na escola se destacou como fator com maior associação ao fenômeno.

No tema das oportunidades de aprendizagem, definidas como a exposição dos estudantes a uma determinada área do conhecimento na escola, João Galvão Bacchetto e Wallace Nascimento Pinto Junior relacionam os índices criados para estimar esses aspectos a partir dos dados do PISA 2012 com o desempenho dos estudantes de um grupo de países (Argentina, Brasil, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, Finlândia e Portugal) no teste de matemática. O estudo encontra evidências – ainda que fracas para o terceiro índice – de que a exposição a tarefas e conceitos matemáticos em sala de aula estaria associada ao desempenho dos estudantes nesses países.

Seguindo nesse tema, Paula Louzano e Ariane Faria dos Santos, também a partir dos dados do PISA 2012, analisam a

oportunidade de aprendizagem em matemática de alunos de diferentes níveis socioeconômicos no Brasil, Chile e Estados Unidos. Na comparação entre os países, as autoras identificam que os alunos brasileiros têm menor probabilidade de serem expostos aos conteúdos curriculares do que seus colegas chilenos e norte-americanos, destacando-se, ainda, uma grande desigualdade nas oportunidades de aprendizagem em matemática entre ricos e pobres no país.

A área de ciências nas avaliações internacionais, por sua vez, é abordada com focos distintos em três artigos deste número da revista.

O primeiro deles foca no conceito de letramento científico previsto na base avaliativa do PISA 2015. Andrea Mara Vieira desenvolve uma análise desse conceito em comparação com a forma como é concebido por especialistas no tema, em busca de acordes e dissonâncias entre esses conceitos. Nessa análise, a autora identifica menos acordes e mais dissonâncias entre o conceito acadêmico e o conceito do PISA 2015, e propõe uma reflexão sobre a validade e relevância do PISA como instrumento de avaliação.

No segundo artigo voltado para a área de ciências, Lenice Medeiros, Alexandre Jaloto e André Vitor Fernandes dos Santos trazem uma discussão acerca dos aspectos pedagógicos dessa área nas avaliações internacionais, em especial, na última edição do PISA e no Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (TERCE). A análise envolve questões conceituais e procedimentais mais gerais, mas também aspectos referentes aos usos dos dados dessas avaliações de ciências para a formulação de políticas educacionais específicas do contexto brasileiro, como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Andriele Ferreira Muri, Tufi Machado Soares e Alicia Bonamino, por sua vez, voltam a atenção para o instrumento utilizado na avaliação de ciências do PISA, no terceiro artigo sobre o tema. Eles buscam identificar se itens aplicados nessa avaliação apresentariam efeitos diferenciados para países distintos, no caso, Brasil e Japão, e analisar os fatores que explicariam essas diferenças. Foi encontrado funcionamento diferencial em todas as covariáveis elegidas, embora nem

sempre tenha privilegiado o mesmo país: observam-se áreas de aplicação dos itens ora mais fáceis para o Brasil, ora para o Japão.

Embora de menor abrangência geográfica e com menos edições que o exame internacional mais abordado, o PISA, as avaliações promovidas pelo LLECE, ligado à Unesco, são de grande relevância para os sistemas educacionais da América Latina e o Caribe. Em seu artigo, Sueli Ribeiro Comar analisa a concepção de avaliação adotada pelo LLECE em seus três estudos regionais comparativos realizados em 1997, 2007 e 2014, sinalizando para orientações convergentes entre as avaliações promovidas pelo LLECE e pela avaliação em larga escala realizada no Brasil.

A avaliação do ensino superior em perspectiva internacional também é retratada nesta edição. Kyria Rebeca Finardi e Felipe Furtado Guimarães discutem a relação entre a avaliação da pós-graduação e a internacionalização do ensino superior brasileiro. Eles concluem que os critérios de avaliação incluídos nos *rankings* internacionais não são capazes de capturar a realidade no Brasil e que a língua inglesa tem um papel determinante no resultado das avaliações das instituições nesse processo.

E, para finalizar a edição que iniciou com uma análise crítica acerca de usos das avaliações e pesquisas internacionais, Gabriela Miranda Moriconi e Adriana Bauer realizam uma entrevista com Andreas Schleicher, Diretor de Educação e Assessor Especial em Política Educacional da Secretaria Geral da OCDE, um dos principais responsáveis pela avaliação educacional internacional de maior relevância na atualidade, o PISA. Na entrevista, são discutidos o papel da OCDE e, em especial, do PISA, no contexto internacional, sua relação com atores da comunidade educacional, bem como os impactos de sua atuação. A entrevista aborda, ainda, aspectos relativos à participação do Brasil em iniciativas da OCDE.

Boa leitura!

Comitê Editorial